

A exposição militante

O QUE a exposição «Cassiano Branco e o Éden» tem de particular é o Éden. A exposição constrói-se como itinerário de redescoberta espacial. O Éden secreto, aquele que até os cinéfilos nunca conheceram, revelando teias, porções de palco, salas discretas e caminhos particulares. E o Éden conhecido, o Éden da sala, dos corredores laterais, dos «foyers» e do movimento das escadarias. Trata-se de pôr a nu um equipamento, revelando-lhe virtualidades insuspeitadas, indicando-lhe usos futuros. Esta não é uma simples exposição. É uma **exposição militante, uma exposição com causa.**

Depois, assume-se como acontecimento de massas, devidamente mediaticizado pela comunicação social, e não como mais um produto de rotina dos serviços municipais. A localização central do velho cinema e as memórias que cala em milhares de antigos frequentadores, farão o resto: durante um mês aquilo vai ser uma ininterrupta peregrinação a um Éden ressuscitado. Não vai ser fácil admitir que, no fundo, se trata de um enterro.

Ainda por cima, quem propôs à CML esta exposição e a vem orientando, Henrique Cayatte, já fez declarações públicas quanto à necessidade de «salvar» o Éden enquanto espaço para fins culturais.

Tudo somado, estão reunidas as condições necessárias para que esta exposição seja o pólo de um **movimento cultural urbano** de «novo tipo»: nem simples movimento de opinião em artigos de jornais, nem movimento «clássico» de abaixo assinados ou manifestações «que já deram». Tão-só uma peregrinação permanente onde o objecto-Cassiano se transforma em simples motivo para uma questão de cidade.

O RISCO que comportam a generalidade dos movimentos patrimonia listras, é o de facilmente degenerarem em aberto conservadorismo. Importa por isso esclarecer o que é «salvar o Éden».

Portarões de quem nem o diabo

se lembraria, o IPPC apenas classificou a fachada e as escadarias do cinema. Em consequência, os detentores actuais do Éden puderam apresentar projectos que, preservando os referidos elementos, alterassem os usos do imóvel.

Um primeiro projecto previa um hotel de «alta rotação»; o segundo, uma combinação de escritórios com a manutenção de funções jurídicas e culturais na cave, piso do «hall» e primeiro andar. Sem ser uma solução particularmente inaginosa para rentabilizar o investimento, justo é dizer que se está em presença de uma proposta que, formalmente, defende uma zona de uso público e a manutenção do aspecto exterior do imóvel. Quando começar a gritaria pela salvagem do Éden é bom que se saiba que a matéria em discussão é apenas uma: **devo o Éden manter como essencial a sua vocação cultural ou não.** E, em caso afirmativo, para um projecto que

salve a sala ou para outro que admita mudanças em profundidade no interior do imóvel?

A RESPOSTA só pode ser «depende do projecto em concreto». Não foi por acaso que o Éden-cinema morreu. Pode dizer-se que a programação imprimida nos últimos anos em que ainda funcionou, poderá ter acelerado a sua queda. Mas os factos mandam que se diga que, fosse qual fosse a programação, existia um desajustamento estrutural entre o objecto da sala e os seus 1600 lugares. Simplesmente, a sala deixou de ser sustentável, não por comparação a alternativas de uso, mas em si mesma. O que é verdade para o cinema é-o, com maioria de razão para o teatro, mesmo que Santana Lopes aí editasse um «Passa por mim no Rossio» de seis em seis meses. Por outro lado, para segmentos de público

entre mil e duas mil pessoas por sala, não existem carências assinaláveis na cidade de Lisboa para espectáculos musicais. Isto significa que apenas é justificável defender a sala, se ela puder oferecer um «novo produto» que a capital ainda não usufrua.

Hipótese a explorar, tendo em conta a rarefacção de grandes ecrãs, é a de uma sala de cinema que incorpore tecnologias de som posteriores ao dolby — a THX, já industrializada nos EUA e em parte da Europa, ou as mais recentes invenções nipónicas que asseguram fidelidade equivalente aos CD, mas que estão ainda em fase experimental. Se isto é viabilizável numa sala com tantos lugares é a questão. Outra, a de saber se há iniciativa privada para tal aposta. A garantia de um «novo produto» com futuro aplica-se igualmente a propostas que imponham obras volumosas de interior. Só vale a pena manter um uso cultural para

Fotos: António Pedro Ferreira



Fachada actual do cinema Eden (em cima). Preparativos para os panos que irão decorar a fachada durante a exposição.



o Éden se esse uso suprir uma carência real da cidade.

A menos que o grupo Amorim ache por bem dedicar-se, além das cortiças e do imobiliário, aos afazeres do espírito, é evidente que qualquer solução cultural para o Éden passa, pelo menos transitoriamente, pela sua aquisição municipal. Contas redondas, milhão e meio de contos, fora obras. Convém recordar que as despesas anuais da CML com cultura mal chegam ao milhão de contos. Isto significa que a aquisição eventual do Éden se traduz, no mínimo, em adiar outros investimentos em equipa-

mentos culturais. Pode ser a solução acertada — mas então haverá que pôr em cima da mesa pública o que tem estado nos gabinetes e discutir as opções. E nessa ponderação de projectos não devem contar apenas os méritos absolutos, mas também as localizações previstas. Com efeito, o Éden situa-se na zona de maior concentração de equipamentos culturais de Lisboa e onde a crise do Condes será com-pensada pela recuperação do Politeama, Tivoli e Capitólio, este obrigatório no âmbito da inevitável reconversão do pólo Parque Mayer. Tudo somado, são razões «a priori» para que o município só invista no Éden em face de um projecto que não lhe completa administrar e que seja verdadeiramente irreversível.

NEM eram necessários particulares dotes de activinhiação para se perceber que a exposição se poderia transformar em movimento de opinião. Estamos pois perante uma instituição que ao fundir num só momento um acto público com uma indecisão estratégica sobre o futuro, revelou assinaláveis propensões masoquistas. Com efeito, agora a CML está confrontada apenas com más decisões. Se aprova o projecto do grupo Amorim, não se livra da acusação de cedência às cortiças, sendo pouco provável que os peregrinos gostem. Se não aprova e compra, é certo e sabido que o faz «no escuro», porque não tem projecto para o imóvel. Mais sensato seria uma moratória curta para que se procedesse ao inventário de alternativas concretas que permitam uma decisão ponderada sobre uma eventual aquisição. Mas como a CML não fez isso durante os seis meses que passaram...

M.P.